

Mensalidade escolar provoca polêmicas

O congelamento das mensalidades escolares está envolto numa onda de dúvidas. Tanto é assim que na próxima segunda-feira o Conselho de Educação do DF estará reunido para discutir o tema. Segundo o presidente da Comissão de Encargos Educacionais do conselho, Júlio Gregório, a reunião não trará definição alguma: "Iremos consultar a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços pois as dúvidas são muitas. Indagaremos, por exemplo, se o valor da semestralidade deverá ser o da soma das parcelas deste semestre ou da última parcela multiplicado por seis ou se este valor levará em conta os índices da correção salarial do primeiro semestre".

Acreditando que desta consulta sairá uma portaria para regulamentar a matéria em todo o País, Gregório informou que a reunião de segunda-feira servirá apenas para a elaboração do documento a ser remetido à Seap. "Só depois de alguns dias é que teremos uma resposta".

Se dúvidas existem no órgão mediador da questão, o mesmo não ocorre com as partes envolvidas. Os que vêm engrossando o rol da Associação de Pais de Alunos das Escolas do DF, hoje contando com mais de mil associados num universo estimado em 15 mil, consideram que a semestralidade deverá ser congelada nos valores definidos pelo Ministério da Educação no início deste ano: "O valor cor-

responde ao reajuste de 35 por cento autorizado em março. O mais merece contestação. Tanto que mais de 500 pais entraram com uma liminar sustando os reajustes concedidos pelo Conselho em maio", afirmou o presidente da Associação, Luis Cassemiro.

Já o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particulares do DF, Jaime Zveitner, deseja que o congelamento considere os índices da correção salarial do primeiro semestre, que o próprio Conselho calculou em 216,8 por cento. "Considerando que gastamos 70 por cento de nossa receita com os salários, o reajuste deveria ser de 151 por cento, aproxima-

damente". Segundo, Jaime, a média do reajuste concedido em maio aos mais de mil estabelecimentos particulares foi de 90 por cento. Assim, o Sindicato aguardará o congelamento de um valor que considere esta diferença.

Para Cassemiro, tal reajuste seria um absurdo: "Nós estamos acreditando que a Justiça será favorável aos que vêm contestando o aumento concedido em maio. Pensamos que a concessão de uma liminar sustando este aumento correspondente a uma interpretação de que estamos com razão. O mandato foi impetrado na última semana. Assim, o mérito será julgado dentro de no máximo 20 dias". Já o presidente do Sindicato das Escolas considera absurdo este questionamento: "É uma aventura. Não acredito que a Justiça suspenderá os aumentos concedidos. É uma fantasia. Desejamos é definir um novo valor para que ele seja congelado".

O único ponto unânime na questão é a posição favorável ao congelamento. O mais, nem mesmo o Ministério da Fazenda esclarece. Na comissão criada para informar tudo sobre o congelamento, através de telefones, obtêm-se apenas a afirmação de que "as mensalidades também estão congeladas", segundo um dos seus integrantes. Sobre as dúvidas existentes, a informação é de que elas teriam que ser analisadas posteriormente de forma detalhada.



Eri Varella